



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289186-9

COMARCA: 1ª VARA DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

APELADO: MARIA JOANA DA SILVA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - CONTRATO NÃO FIRMADO - TEORIA DO RISCO PROFISSIONAL - APLICAÇÃO DO CDC - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MORAL EVIDENCIADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289186-9**, em que figuram como Apelante **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** e como Apelada **MARIA JOANA DA SILVA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***"Por unanimidade, negou-se provimento ao apelo, nos termos dos votos da Turma."*** Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



- 105 -

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289186-9

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

ADVOGADO: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA PE012450

APELADO: MARIA JOANA DA SILVA

ADVOGADO: STENO DINIZ FERRAZ PE028598

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais e pedido de antecipação de tutela.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 72/77) julgou procedente o pedido, para confirmar a tutela antecipada, e, condenar o réu ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais. Em homenagem ao princípio da sucumbência, condenou o réu no pagamento das custas processuais, e, em honorários advocatícios no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 20, §§ 3ª e 4º, CPC, posto que "nas reparações de dano moral, como o Juiz não fica jungido ao quantum pretendido pelo autor, ainda que o valor fixado seja consideravelmente inferior ao pleiteado pela parte, não há falar-se em sucumbência recíproca" (Recurso Especial nº 856006/RJ (2006/0127108-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Jorge Scartezini. j. 17.10.2006, unânime, DJ 06.11.2006).

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada, alternativamente, pugna pela redução do quantum indenizatório (fls. 80/90).

Razões recursais: Explicita que agiu de maneira legal e afirma ser impossível a indenização por danos morais visto que os mesmos não foram comprovados, cabendo ao apelado comprovar os prejuízos sofridos, e que não pode ser responsabilizado por fraudes decorrentes da atuação terceiros. Questiona o valor concedido a título de indenização, afirmando ser o mesmo desproporcional, pelo que requer a sua redução.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 94/96, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 06 de novembro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289186-9

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

ADVOGADO: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA PE012450

APELADO: MARIA JOANA DA SILVA

ADVOGADO: STENO DINIZ FERRAZ PE028598

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

A relação travada entre as partes litigantes baseia-se necessariamente na **teoria do risco profissional**, segundo a qual deve o banco arcar com os ônus de seu exercício profissional, de modo a responder pelos danos causados a clientes e a terceiros, pois são decorrentes da sua prática comercial lucrativa.

Dessa forma, se a instituição financeira obtém lucros com a atividade que desenvolve, deve, de outra parte, assumir os riscos a ela inerentes (STJ, Resp 1093617/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 23/03/2009).

Por sua vez, o doutrinador AGUIAR DIAS (In "Da Responsabilidade Civil", 11ª ed, pág. 488), esclarece que a responsabilidade dos bancos tanto pode ser aferida subjetivamente, como com base no referido princípio do risco empresarial, aproximando-se do que estabelece o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, ao afirmar que:

"No caso de dano causado ao correntista do serviço bancário, a responsabilidade civil pode ser cobrada aos bancos tanto sob a invocação dos princípios subjetivos da culpa provada, como com base no princípio do risco profissional empresarial."

De fato, a partir do momento que a instituição financeira se dispõe a explorar o mercado, fica sujeita a reparar, independentemente de culpa, os danos que vier a causar aos clientes, ou a terceiros. Veja-se que a responsabilidade objetiva em virtude do risco da atividade é tendência seguida tanto no Código de Defesa do Consumidor (art. 12 e ss.) quanto no próprio Código Civil (art. 927, parágrafo único).

No que diz respeito ao ônus da prova, conforme anotam Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin e Bruno Miragem (In Comentários ao código de defesa do consumidor: arts. 1.º a 74, aspectos materiais, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 271), o ônus da prova das excludentes da responsabilidade do fornecedor de serviços, previstas no art. 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, é do fornecedor, por força do art. 12, § 3º, da legislação consumerista.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Diante de tal quadro fático, não se pode olvidar que caberia ao próprio Banco Apelante comprovar a má-fé da Apelada ao assinar o referido contrato, ou a chamada culpa de terceiro. E de tal ônus não se desincumbiu.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. APELAÇÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS EM PROVENTOS DE IDOSO APOSENTADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS, BEM COMO A CONDENAÇÃO DO BANCO APELANTE POR DANOS MORAIS. IRRESIGNAÇÃO. RECONHECIMENTO DA FRAUDE NO CONTRATO. ALEGAÇÃO PARA REVOGAR O ACOLHIMENTO DO PLEITO DE INDENIZAÇÃO OU REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.078/90. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DEFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO DO DECISUM. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - O desconto consignado em pagamento de aposentado junto ao INSS, levado a efeito por instituição bancária, sem a autorização daquele, e ausente a devida pactuação contratual que lhe dê o devido suporte, justifica a fixação da reparação por danos morais.(TJ/RN, Ap. Cível nº, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Aderson Silvano, Julg. 08.06.2010)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS DE APELAÇÕES. NEGLIGÊNCIA DO BANCO. EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR FALSÁRIO. DESCONTO EM FOLHA DE APOSENTADORIA. ABALO DE CRÉDITO. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA POR PARTE DO OFENDIDO. APLICABILIDADE DO ART. 6º, VIII, DO CDC. CABÍVEL CONCESSÃO DE DANOS MORAIS. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APELO DO APOSENTADO PROVIDO. UNANIMIDADE.6ºVIII CDC 1-Nas razões de Apelação, o Banco BGM S/A demonstrou sua irresignação com a sentença que determinou a devolução dos valores descontados do Aposentado referentes aos contratos de empréstimo consignado de números 1902155362 e 194513990, com a conseqüente suspensão dos descontos em folha.2-Configuração de culpa da dita Instituição Financeira na modalidade negligência, devido a falta de cautela na análise dos documentos apresentados para aprovação dos empréstimos.3-Conseqüente abalo de crédito comprovado com a redução de proventos em face de descontos na folha de aposentadoria.4-Presença da hipossuficiência do Consumidor, cabendo ao Banco fazer prova irrefutável da realização de contrato de empréstimo efetivamente assinado pelo Aposentado, o que não



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

houve nos autos.5-João Cardoso dos Santos Interpôs recurso de Apelação, ao qual foi dado provimento para conceder a reparação por danos morais, observando-se aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto ao valor a ser pago e o dano amargado pelo aposentado.6- Apelo do aposentado João Cardoso dos Santos provido para reformar a sentença no sentido de conceder o quantum indenizatório a título de danos morais no montante de R\$ 10.0000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros moratórios, contados a partir do evento danoso e correção monetária incidente da data do arbitramento, mantendo, nos demais termos, a decisão vergastada. Apelo do Banco BMG S/A Improvido. À unanimidade.(1409941820098170001 PE 0140994-18.2009.8.17.0001, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 11/05/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 92/2011)

Nesse passo, inegavelmente restaram preenchidos os requisitos da responsabilidade civil pretendida de modo a ensejar a reparação pelos danos causados, razão porque não deve prosperar o argumento da instituição financeira de que inexistiu ato ilícito.

Relativamente à existência do dano moral, com efeito, não se pode olvidar do transtorno e sobressalto de quem vive de uma renda mensal fixa e se vê obrigado a pagar por algo de que não contratou.

Ora, quem já foi vítima de situações como a dos autos, tão comuns nos dias atuais, tem a noção exata da vulnerabilidade e do sentimento de impotência e de frustração que tais equívocos reiterados causam ao cidadão, subtraindo deste, por muitas vezes, o equilíbrio psicológico que, antes do evento, se fazia presente.

Desta forma, cristalina a caracterização do dano moral, posto que insito ao caso narrado, prescindindo de quaisquer outras provas para a sua configuração.

Destarte, a condenação a título de danos morais é medida que se impõe no presente, não carecendo de qualquer reparo a sentença vergastada, vez que ao meu sentir, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra compatível com o que vem sendo decidido por esta colenda câmara.

Por conta dessa soma de razões, meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo incólume a sentença vergastada.**

É COMO VOTO.

- Recife, 19/03/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289186-9

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

APELADO: MARIA JOANA DA SILVA

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013.


Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor